

A IDADE DO BRONZE EM PORTUGAL

discursos de poder

Secretaria de Estado da Cultura
Instituto Português de Museus
Museu Nacional de Arqueologia



A IDADE DO BRONZE EM PORTUGAL

discursos de poder

Exposição

Comissariado Científico
Susana Oliveira Jorge

Comissariado Executivo
Francisco Alves, Director do Museu
Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos
Isabel Silva, Directora do Museu Regional de
Arqueologia D. Diogo de Sousa
Rui Parreira, Direcção Regional de Évora do Instituto Português
do Património Arquitectónico e Arqueológico
Virgílio Hipólito Correia, Museu Monográfico
de Conímbriga

Assessoria Técnica
Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos
Museu Monográfico de Conímbriga
Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
Instituto Português de Museus:
Ana de Castro Henriques
Manuel Beirão Oleiro
Maria de Jesus Monge
Fernando Mota Carneiro
Constança Calado

Arquitectura
João Vieira Caldas
Carlos Severo

Maquetes
ARESTA, Design Serigrafia

Montagem
Coordenação
Maria José Albuquerque

Luís Filipe Antunes
Margarida Cunha
Rui Pedro
Helder de Sousa
Maria Luísa Sousa

Luminotecnia
Rui Silva Santos

Empreitada
Armando Fernandes,
Construção Civil, Lda.

Inventário e Gestão de Coleções
Coordenação
Maria José Albuquerque

Luís Filipe Antunes
Margarida Cunha
Rui Pedro
Maria Luísa Sousa

Restauro e Limpeza de Peças
Museu Regional de
Arqueologia D. Diogo de Sousa
Museu Monográfico de Conímbriga

Departamento de Arqueologia do IPPAR
Moisés Costa Campos
Margarida Santos
Maria Antónia Gonzalez Tinturé

Catálogo

Coordenação de Texto
Isabel Silva

Textos
Barbara Armbruster
José Morais Arnaud
Ana Margarida Arruda
António Martinho Baptista
Ana Maria S. Bettencourt
João Luís Cardoso
Domingos J. Cruz
Ana Maria Leite da Cunha
Teresa Judice Gamito
Mário Varela Gomes
Susana Oliveira Jorge
Vitor Oliveira Jorge
Philine Kalb
Michael Kunst
Miguel Lago
Jorge Oliveira
Rui Parreira
Maria de Jesus Sanches
Paula Mota Santos
João Carlos Senna-Martinez
António Manuel S. P. Silva
Carlos Tavares da Silva
Eduardo Jorge Lopes da Silva
Fernando A. Pereira da Silva
Joaquina Soares
António C. Valera
Raquel Vilaça

Fotografia
Arquivo Nacional de Fotografia

Coordenação
Vitória Mesquita
José Pessoa

Colaboração
Emília Tavares
Alexandra Ribeiro

Fotógrafo
José Pessoa

Assistido por
Luísa Oliveira
Sofia Ferrão
Luís Piorro
Alexandra Pessoa
Sofia Torrado
Alexandra Ribeiro
Élia Marques

Desenho
Artur Santos Leite
Vitor Oliveira Jorge

Coordenação de Edição
Isabel Cordeiro
Isabel Silva
Maria Amélia Fernandes

Design Gráfico
Luís Carrôlo

Colaboração
Cristina Pacheco

Pré-impresão
Dimencor

Impresão
Tipografia Peres

© Instituto Português de Museus
Museu Nacional de Arqueologia

1ª Edição, 1995, 1000 exemplares

ISBN-972-8137-19-2

Depósito Legal nº 87.228/95

JOÃO LUÍS CARDOSO

A etapa cultural correspondente ao Bronze Final abarca, na Estremadura portuguesa, o último quartel do segundo milénio a.C. e o primeiro do milénio seguinte. Na baixa península de Lisboa, mercê de condições propícias à fixação humana, são abundantes os testemunhos, denunciando denso povoamento, conquanto disperso, que então caracterizou a região. Tal situação demográfica tem antecedentes no final do Calcolítico época em que, na região, se multiplicam pequenos povoados abertos. Porém, desconhecemos se no Bronze inicial e pleno tal modelo de povoamento se manteve; certamente que os sítios de altura continuaram a ser procurados por populações fortemente influenciadas por elementos do Bronze II do Sudoeste, como se evidencia pelos materiais recolhidos em Catujal - Loures, pronunciado promontório calcário dominando o estuário do Tejo (Cardoso & Carreira, 1993). A datação ali obtida, indica o primeiro quartel do segundo milénio a.C. (ICEN 843 3570 (+, -) 45 BP, data que, para um nível de confiança de dois sigma, corresponde ao intervalo de 2028-1752 Cal. a.C.). Aliás, a existência de influências culturais, ao nível da cerâmica, do Bronze II do Sudoeste, eram já conhecidas (Schubart, 1971; Jorge, 1993, p. 233), sendo, porém, surpreendente datação tão recuada, não obstante confirmada por outras recentemente obtidas para a necrópole do Pomar - Ervidel, Beja, as quais “resultan incomprendibles dentro de la explicación tradicional del “Bronze del Sudoeste” (Barcel, 1991, p. 21, 22), no qual aquele arqueossítio se inscreve.

Clima ameno, excelente insolação, solos férteis, particularmente os correspondentes ao Complexo Basáltico de Lisboa, cujos afloramentos ocupam boa parte da área em causa, e abundância de água explicam o sucesso da fixação sedentária verificada no Bronze Final. Não menos importante que as referidas, é de salientar a excelente posição geográfica deste território, entre o Sul e o Norte, dominando a primordial via de penetração para o interior que é o curso do Tejo, favorável ao acesso, exploração e escoamento das suas riquezas mineiras ali existentes (estanho e ouro, especialmente); deste ponto de vista, não se poderia pretender melhor situação estratégica, aliás já devidamente valorizada (Kalb, 1980). Razões favoráveis de ordem local e regional foram, pois, determinantes na aludida densidade populacional aqui verificada, justificando comunidades cujo poder económico possibilitaria a compra de artefactos de bronze, oriundos de comércio trans-regional, ou do próprio minério, com o qual fabricariam artefactos do

quotidiano, como expressivamente nos prova o molde de foices do Casal de Rocanes - Cacém, Sintra (Fontes, 1916). Não espanta, pois, entrevermos nos numerosos “casais agrícolas”, na adequada designação de Marques & Andrade (1974), implantados em encostas suaves, uma laboriosa população agrária, voltada para o cultivo intensivo e extensivo da terra. Prova disso são os elementos de foice denticulados de sílex, por vezes recolhidos às centenas, como na Tapada da Ajuda, o único arqueossítio satisfatoriamente conhecido desta região (ver artigo crítico do autor neste volume) os quais, pela sua eficiência de baixo custo, substituiriam sem grande perda de funcionalidade as foices metálicas. Os escassos elementos disponíveis configuram a existência de três principais grupos de recipientes: os destinados ao armanejamento de produtos (cereais, leguminosas, água, carnes de conserva, sal, etc.), grandes vasos de fundo plano, bojudos, com pegas salientes de cerâmicas de colorações predominantemente castanhas, tanto nas superfícies como nos núcleos, possuindo pastas em geral grosseiras, alisadas superficialmente; os recipientes de índole culinária, representados por um conjunto pouco diversificado de formas, incluindo taças e vasos de paredes verticais, de dimensões médias; e, ainda, os recipientes de beber, sobretudo representados por taças carenadas de fino acabamento. As observações mineralógicas efectuadas em materiais cerâmicos dos pequenos povoados ou casais agrícolas do Bronze Final da região a Norte de Lisboa, permitiram identificar, além de grãos de quartzo e de feldspato, minerais ferromagnesianos, entre os quais cristais de augite. A presença de tal mineral é indicadora de fabricos locais, visto ser mineral essencial das rochas basálticas do Complexo Basáltico (ou Vulcânico) de Lisboa, as quais, por alteração meteórica, dão origem a depósitos argilosos fornecedores da matéria-prima utilizada. Tal era já a situação observada anteriormente nalgumas cerâmicas campaniformes da mesma região. A única estrutura habitacional escavada é uma casa de planta oval; tem equivalentes no Norte e no Sul do País, respectivamente na citânia de S. Julião - Caldelas e em Neves II - Castro Verde (Cardoso, 1994a). Além dos cereais, as bases económicas e de subsistência consistiam no pastoreio - por ordem de importância alimentar bovinos, ovinos e caprinos, e suínos, sendo a caça excepcional (veado e coelho); a recolocção de moluscos e a pesca, no estuário adjacente, complementavam as bases alimentares.

A cronologia absoluta desta jazida encontra-se bem definida pelas cinco datações radiocarbónicas efectuadas no INETI - ICEN, a que correspondem as seguintes datas calibradas médias: 1263, 1235, 1365, 1269 e 1222 cal. a.C.. Estamos, por conseguinte, em momento precoce do Bronze Final; assim se compreende que, deste contexto, estejam ausentes as cerâmicas de ornatos brunidos, as quais surjem, em especial, em povoados de altura, como o Castelo dos Mouros - Sintra (Cardoso, em publicação) e o Cabeço dos Moinhos - Mafrá

(Vicente & Andrade, 1971). De facto, a possibilidade da intensificação da ocupação de sítios de cumeada, por populações portadoras de tais cerâmicas foi antes sugerida (Jorge, 1990), mas apenas sugerida, por faltarem elementos que só através de escavações metódicas poderiam ser obtidos.

Tem-se discutido sobre a origem destas cerâmicas estremenhas com ornatos brunidos (ver contributo do autor neste Catálogo a propósito das cerâmicas com ornatos brunidos da Lapa do Fumo). Não obstante se conhecer a tal técnica decorativa no Calcolítico inicial da Estremadura, no decurso das fases média e final aquela entra em declínio até ao total desaparecimento; a sua re-introdução, no final do Bronze Final, parece dever-se a influxos exógenos, do Mediterrâneo central, especialmente da Sardenha. Tal hipótese, defendida por Schubart (1971), foi ulteriormente reforçada pela recolha, no monumento coevo da Roça do Casal do Meio, que também forneceu tais cerâmicas, de uma fíbula de espiral simples, atendendo a que tal modelo é característico da fase Pantalica II, dos séculos XI-X a.C. (Spindler et al., 1973/74). Actualmente, parece consensual (Jorge, 1990; Fabião, 1992).

A dicotomia entre povoados ou “casais agrícolas” de encosta e povoados de altura foi antes salientada (Cardoso, 1987, 1990, 1994a). A explicação de tal coexistência residirá na crescente hierarquização social que caracterizou a evolução da sociedade no decurso do Bronze Final. Assim sendo, os locais naturalmente defendidos abrigariam a “elite” detentora do poder sobre determinado território, configurando modelo de administração proto-estatal. Trata-se, afinal, de “modelo” preconizado, na mesma época, para a região alentejana, ao admitir-se que o desenvolvimento de povoados de altura “como centros - políticos e económicos - de uma população dispersa em pequenos povoados nos arredores, parece ter-se dado, no entanto, no final da Idade do Bronze” (Parreira, 1983, p. 167). A figura do “chefe” seria, agora, incontornável, podendo, mesmo, ser objecto de heroização, para o final do Bronze Final (assim o indicam as estelas funerárias estremenhas). Porém, ao nível da cultura material, e designadamente do espólio cerâmico, tal evolução social está longe de se encontrar confirmada. A já aludida ausência de escavações sistemáticas, impede que conheçamos em detalhe o espectro tipológico dos recipientes de arqueossítios dos dois tipos referidos. As comparações entre tais conjuntos, seriam certamente interessantes no reconhecimento de diferenças, ao nível social e económico, entre os respectivas comunidades, sendo certo que os pequenos povoados abertos corresponderiam a formas especializadas de exploração -no caso, as culturas cerealíferas- coordenadas por normas emanadas de “lugares centrais” (Jorge, 1990, p.251), onde a tipologia da cerâmica utilizada, talvez revele, quando se dispuserem de conjuntos representativos, hábitos de comunidades socialmente distintas das anteriores. Esta é, quanto a

nós, a prioridade que deveria ser adoptada no estudo do Bronze final da região que nos ocupa: a escavação criteriosa de povoados característicos de um e outro tipo, sucedida da análise metódica dos materiais exumados, única forma de se ultrapassarem as grandes lacunas de conhecimentos com que presentemente nos defrontamos, tendo em vista a reconstituição de modo integrado, da formação económico-social correspondente ao Bronze Final da baixa Estremadura. Trata-se, afinal, da caracterização de uma época das mais notáveis em transformações culturais de toda a nossa Pré-história, decorrentes em parte da chegada dos primeiros influxos orientalizantes, cujo impacto na sociedade pré-existente estão, outrossim, longe de suficientemente conhecidos.